

A Contribuição da Hermenêutica de Gadamer para a Revisão de Artigos Científicos feita por Pares na Área de Administração

DANTAS, Douglas Cabral¹

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (Brasil)

douglasdantas@pucminas.br

PATRUS, Roberto

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (Brasil)

robertopatrus@pucminas.br

TORO JARAMILLO, Iván Darío

Universidad de Medellín (Colômbia)

itorojar@gmail.com

1. Introdução

Em mais de seis décadas de atuação, a pós-graduação brasileira expandiu-se e afirmou-se alcançando altos padrões de qualidade e, em várias áreas, credibilidade internacional. O banco de currículos da Plataforma Lattes e o Sistema Qualis de avaliação de revistas são realizações brasileiras pioneiras. Pode-se afirmar que, de um modo geral, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (Capes) vem contribuindo significativamente para o aperfeiçoamento da educação em nosso país, embora não poucos analistas questionem a destinação social de boa parte da produção acadêmica e seu compromisso com o desenvolvimento local e regional (Alcadipani, 2011; Cunha, 1974; Nascimento, 2010; Rodrigues, 2007; Sguissardi, 2010; Spink e Alves, 2011; Tragtenberg, 2009). Por sua vez, a avaliação é imprescindível para todas as áreas, para sua presença dentro do sistema de pós-graduação, porque ela é provocadora de análises e reflexões para um melhor desempenho (Cruz, 2009; Kuenzer & Moraes, 2005; Macedo & Sousa, 2010; Nascimento, 2010).

¹ Este trabalho se fundamenta na Tese de Doutorado do 1º. Autor.

Desde a sua regulamentação em 1951, a pós-graduação no Brasil associou a iniciativa do Estado, o progresso da ciência e a busca de referências internacionais de conhecimento. Ela tem-se feito acompanhar de um quadro legal que comporta um sistema de autorização, credenciamento conduzido por pares, um sistema de financiamento e uma sistemática de bolsas para mestrado e doutorado. E, desde logo, fez e continua fazendo parte dessa sistemática um processo rigoroso e detalhado de avaliação de cursos e programas (Alcadipani, 2011; Cruz, 2009; Cury, 2005; Maccari, 2008; Nosella, 2010).

A avaliação de programas de pós-graduação pela Capes está centrada na formação do pesquisador – ensino de metodologia, pesquisar, escrever e publicar artigos, etc – enquanto a formação do professor se tornou uma “dimensão esquecida” (Patrus & Lima, 2014). Esta ênfase na formação do pesquisador, por sua vez, é acompanhada da valorização da publicação científica, dando origem ao fenômeno conhecido por produtivismo acadêmico. Em linhas gerais, este fenômeno é “... derivado dos processos oficiais ou não de regulação e controle, supostamente de avaliação, que se caracteriza pela excessiva valorização da quantidade da produção científico-acadêmica, tendendo a desconsiderar a sua qualidade.” (Sguissardi, 2010). Ou, nas palavras de Bertero (2013, p.182), é “a atitude desequilibrada na qual a qualidade, a pertinência e os padrões éticos cederiam ao imperativo de pontuações e *Curriculuns Vitae* recheados de títulos”. O fenômeno do produtivismo teve sua origem nos anos 1950, nos EUA, e tornou-se mundialmente conhecido pela expressão *public or perish*, significando que os professores/pesquisadores universitários que não publicassem de acordo com os parâmetros postos como ideais pelos órgãos financiadores, pela burocracia universitária ou pelo mercado, teriam sua carreira comprometida (Fonseca, 2001; Nascimento, 2010; Sguissardi, 2010).

No Brasil, esse fenômeno tem sido alvo de críticas que o associam direta ou indiretamente à implantação do atual modelo de avaliação da pós-graduação *stricto sensu* pela agência estatal de financiamento, regulação e controle, Capes, a partir dos anos 1996/1997, a partir de quando se intensificaram os critérios quantitativos de produção acadêmica como parâmetros para a classificação dos cursos de mestrado e doutorado em todas as áreas (Sguissardi, 2010). Essa mudança de paradigma se deu quando a Capes, para corresponder ao padrão internacional de pós-graduação, tendo em vista as exigências de crescimento econômico do País, passou a privilegiar a pesquisa (ênfase epistemológica: fazer ciência) e não mais a docência (ênfase pedagógica:

ensinar ciência). Como decorrência desse movimento, acentuou-se a pressão pela produção científica, que se tornou um critério decisivo – de natureza formal, quantitativa – de avaliação de programas de pós-graduação e da atividade do pesquisador (Patrus & Lima, 2014).

O que tem se verificado nos últimos anos, particularmente na área de Administração, é o crescimento exponencial da produção de artigos científicos, apresentados em eventos e depois publicados, fato este acompanhado não de agora de um questionamento quanto a sua relevância para a academia e sociedade (Bertero, Caldas & Wood Jr., 1999; Brito, 2009; Diniz, 2012a, 2012b, 2012c; Kirschbaum & Mascarenhas, 2009; Roesch, 2003). Apesar de sua visibilidade, nosso sistema de pós-graduação ainda não possui reconhecimento mundial. Os programas são avaliados em função da produção científica (e eventualmente tecnológica) por meio do grau de inserção que conseguem junto à comunidade acadêmica mundial, mensurada através de publicações em revistas científicas de nível internacional e da apresentação de trabalhos em eventos de âmbito acadêmico. A nossa produção científica se pauta, majoritariamente, pela produção científica internacional, quase que exclusivamente norte-americana, à medida que assuntos, problemas e variáveis são os levantados por pesquisadores estrangeiros (Bertero, Caldas & Wood Jr., 1999; Mattos, 2008).

A qualidade da avaliação da pós-graduação, centrada na publicação, está, no entanto, relacionada com a qualidade da avaliação do artigo científico. Aproximando as nossas lentes do processo de avaliação de artigos científicos, debruçamo-nos sobre a modalidade de avaliação por pares, a qual favorece a legitimidade do sistema de avaliação da pós-graduação pela Capes, na medida em que esse julgamento é indicado por sociedades científicas (Mattos, 2008). A avaliação por pares se constitui, para Fitzpatrick (2011), no centro de tudo o que fazemos: escrita, submissão para aprovação de projetos, busca de emprego e até obtenção de promoções.

A realidade da qual não temos como fugir é a seguinte: a publicação acadêmica é uma prioridade no âmbito da avaliação de programas de pós-graduação no Brasil; a avaliação por pares é central para a publicação científica; a avaliação por pares depende da compreensão e interpretação dos artigos pelos revisores, os quais estão sujeitos a idiosincrasias e preconceitos; e, diante da possibilidade de avaliações indevidas, o conseqüente comprometimento da transparência e justiça do processo de avaliação dos programas de pós-graduação. A avaliação por pares, cujo processo exige que os artigos tenham base conceitual e métodos científicos, não nos dá garantias de que ela própria

adote esses critérios. Avaliar é preciso (necessário), mas avaliar não é “preciso” (exato). (Patrus, Dantas & Shigaki, 2013)

Diante deste cenário, recorreremos à ciência hermenêutica como referencial teórico para pensar e subsidiar a tarefa de avaliação do texto científico. Para a finalidade de nosso estudo, nos detivemos sobre a obra de Hans-Georg Gadamer por considerar que a sua hermenêutica pode fornecer pressupostos e critérios importantes para a compreensão e interpretação de um texto, particularmente do texto científico. Para Gadamer, a hermenêutica filosófica possui uma tarefa crítica e não se restringe a uma teoria ou metodologia de compreensão e interpretação da fala e do texto, cabendo-lhe determinar o verdadeiro sentido das ciências humanas e a verdadeira amplitude e significado da linguagem humana (Dischinger, 2003).

O nosso trabalho tem, então, por objetivo geral “investigar a contribuição da Hermenêutica de Gadamer para a avaliação de artigos científicos na área de Administração”; e, por específicos, (i) analisar a contribuição de revistas acadêmicas da área de Administração para a Postura Hermenêutica do revisor, a partir da análise dos critérios de avaliação de artigos por elas propostos; e (ii) analisar de que modo os critérios utilizados por revisores de artigos científicos de revistas acadêmicas da área de Administração refletem o encontro entre a tradição do revisor e o texto, ou seja, a fusão de horizontes.

2. A Revisão por Pares

O fenômeno do *public or perish* (Fonseca, 2001; Nascimento, 2010; Sguissardi, 2010) tem sido alvo de críticas que o associam direta ou indiretamente à implantação do atual modelo de avaliação da pós-graduação *stricto sensu* pela Capes (Sguissardi, 2010; Machado, 2007; Rosa, 2008; Mattos, 2008; Shigaki & Patrus, 2012; Machado & Bianchetti, 2011; Moreira, Hortale & Hartz, 2004; Nascimento, 2010). Ora, se a publicação acadêmica é uma prioridade no âmbito da avaliação de programas de pós-graduação no Brasil, então a avaliação por pares, concebida mais comumente como uma avaliação de artigos científicos realizada por especialistas de áreas específicas (Freitas, 1998), é central para a publicação científica. Curiosamente, no entanto, a revisão por pares não tem recebido suficiente atenção de pesquisadores da academia brasileira e internacional (Fitzpatrick, 2011).

A avaliação por pares de artigos científicos, objeto de nosso interesse aqui, é um processo que está no coração de toda a ciência (Fitzpatrick, 2011) e que, por sua importância, poderia ser comparado com a democracia: “... um sistema cheio de problemas, mas o menos pior que temos.” (Smith, 2006, p.178). Trata-se da avaliação crítica de manuscritos submetidos a revistas, por especialistas que não fazem parte da equipe editorial, podendo ser vista como uma extensão importante do processo científico (Freitas, 1998; Hames, 2012; ICMJE, 2013), o que faz com que essa produção seja também considerada de autoridade no assunto (Stumpf, 2008; Fitzpatrick, 2011). Segundo o *International Committee of Medical Journal Editors* (ICMJE, 2013), embora seu valor real tenha sido pouco estudado e ser amplamente debatido, a avaliação por pares ajuda os editores a decidirem quais artigos são adequados para suas revistas, e ajuda autores e editores a melhorar a qualidade dos seus trabalhos. O número e os tipos de artigos enviados para revisão, o número de revisores, os procedimentos de revisão, bem como a utilização de opiniões dos revisores podem variar (ICMJE, 2013).

Mas a avaliação por pares ‘funcionaria’ em tudo? Para Smith (2006), uma revisão sistemática de todas as evidências disponíveis na avaliação por pares teria concluído que esta prática é baseada na fé em seus efeitos, em vez de fatos (Jefferson, Alderson, Wager & Davidoff, 2002 as cited in Smith, 2006, p.179). No entanto, a resposta à pergunta sobre se a avaliação por pares funciona dependeria da questão “Para que revisão por pares?”. Uma primeira resposta é que se trata de um método para selecionar a melhor concessão de pedidos de financiamento e os melhores artigos para publicar em um periódico. Difícil seria comprovar este objetivo porque não haveria consenso sobre o que constitui um bom artigo ou uma boa proposta de pesquisa (Smith, 2006). O estudo elaborado por Smith (2006) sugere ainda que talvez não precisemos de um processo elaborado. Talvez um solitário editor, bem familiarizado com o que o periódico quer e tendo conhecimento sobre métodos de pesquisa, seria suficiente.

Outra resposta para a questão acerca da finalidade da avaliação por pares é a de que seria para melhorar a qualidade dos artigos publicados ou propostas de pesquisa que são financiadas. A revisão sistemática levada a cabo por Smith (2006) encontrou pouca evidência para apoiar isso, mas novamente tais estudos são dificultados pela falta de uma definição consensual acerca de um bom estudo ou de uma proposta boa de pesquisa. Outra resposta possível: a avaliação por pares poderia também ser útil para a detecção de erros ou fraude. Ainda assim há pesquisas que comprovam que erros

grosseiros de conteúdo podem passar despercebidos dos revisores, o que colocaria o pressuposto sob suspeita (Smith, 2006).

Uma pesquisa recente com revisores de artigos brasileiros, com o objetivo de analisar o processo de avaliação por pares em um contexto de produtivismo acadêmico (Shigaki, 2014), identificou que as avaliações na área de Administração seguem, via de regra, o padrão exigido pela própria revista, previsto no formulário de avaliação disponível para o revisor junto com o artigo a ser avaliado. No entanto, apesar de seguirem esses critérios, os revisores entrevistados consideram que alguns deles são mais importantes do que outros e, por isso, lhes dão maior peso. No tocante aos critérios pessoais do revisor – suas experiências e preferências – algumas subjetivizações foram apuradas: a identificação com a natureza do artigo, se teórico ou empírico; o mérito para uma publicação; se o título é provocativo; se o revisor tem algo novo a aprender com o artigo; e se o autor demonstra preguiça ou disposição na construção do seu texto. (Shigaki, 2014)

Fitzpatrick (2011) qualifica a avaliação por pares como um gargalo que “entala” toda a questão da publicação acadêmica, dadas as suas limitações e até deturpações na garantia da avaliação do mérito acadêmico. A reflexão de fôlego que essa questão merece enfrenta resistências dentro da própria academia, porque qualquer estudo lúcido sobre as bases conceituais e procedimentais da avaliação por pares requer autocrítica, uma reflexão auto-implicativa que tem a ver com poder e prestígio (Fitzpatrick, 2011).

O debate sobre a relevância dessa produção passa não só pela análise do padrão de excelência nacional frente o internacional, mas também, segundo Kirschbaum e Mascarenhas (2009), pelo debate acerca dos modelos de avaliação e publicação de artigos, pela discussão sobre o grau de autonomia dos revisores no processo, e pelos desafios organizacionais que envolvem os editores e o conselho editorial na construção de artigos de alta relevância e impacto. Uma vez que se constatam fragilidades de natureza epistemológica, sobretudo contradições teóricas em boa parte dessas publicações (por exemplo, entre epistemologia e metodologia), além de artigos “maquiados” e “requeitados”, ocorre-nos que também o editor e o revisor – dois atores centrais no processo de avaliação de artigos científicos – estão despreparados epistemologicamente (Bertero, Caldas & Wood Jr., 1999; Caldas, 2005; Kirschbaum & Mascarenhas, 2009; Leite, Kniess, Rodrigues & Maccari, 2011; Machado, 2007; Mattos, 2008, 2012; Rodrigues, 2001; Roesch, 2003). Na apreciação de Mattos (2008), a relevância da produção científica está comprometida pela valoração da sua qualidade

formal em detrimento da qualidade do conteúdo e da sua destinação social, requisito para autopromoção pessoal e legitimação institucional.

Outro dado que não podemos perder de vista é que para um periódico fazer parte de uma seleta base de dados (por seu fator de impacto) ele precisa provar que possui processos editoriais rigorosos, geralmente patrocinado por alguma empresa editorial com interesses comerciais, além dos objetivos meramente científicos. Um número variado e significativo de pesquisas, no entanto, chama a atenção da academia, governos e sociedade para os altos custos das revistas científicas nas últimas décadas, o que se denominou de “crise das revistas” (Costa & Guimarães, 2010; Van De Sompel & Lagoze, 2000). A questão mais grave deste fato, segundo Guedes (2010), “...é que a grande maioria desses trabalhos foi produzida com dinheiro público e com esse mesmo dinheiro as instituições pagavam a assinatura dessas revistas.” (Guedes, 2010, p.4).

A despeito do aumento do número de revistas na área de Administração, a busca por aperfeiçoamento e o aumento de revistas especializadas (Brito, 2009), uma pesquisa de Wood Jr. e Chueke (2008) revelou, como lamentável e preocupante, o fenômeno da endogenia, segundo a qual revistas científicas, de forma explícita ou discreta, adotavam uma política editorial de favorecimento dos pesquisadores-autores das suas instituições. Segundo a mesma pesquisa, duas razões sustentariam tal prática eticamente questionável: a proximidade física entre as redações das revistas e os pesquisadores da instituição a qual estão filiadas; e a inércia em relação à situação anterior, quando pesquisadores submetiam artigos a revistas da própria instituição (Wood Jr. & Chueke, 2008). A academia não deveria ter como fim a publicação de seus resultados de pesquisa, mas ter claro que os produtos da atividade investigativa são meios para o desenvolvimento humano, social, econômico e financeiro, não somente das empresas, mas da sociedade. Portanto, a publicação como contribuição ao crescimento e desenvolvimento social ajuda a problematizar o fenômeno do produtivismo acadêmico se levarmos em conta o critério da destinação social. (Jaramillo, Hincapié & Patrus, 2013)

Além da concentração da nossa produção científica e do fenômeno da endogenia, faltariam às pesquisas brasileiras na área de Administração o rigor metodológico e a maturação de idéias para que a nossa produção possa contribuir com o diálogo teórico internacional, assumindo um papel mais competente na produção do conhecimento (Bertero, 2007; Rodrigues, 2004; Roesch, 2003). Além disso, pesquisa realizada por Bertero, Caldas e Wood Jr. (1999), com revisores na área de

Administração, já evidenciavam há mais de uma década, a grande heterogeneidade de critérios de julgamento da produção científica usados na área de Administração no Brasil, atestando: baixo consenso em relação aos critérios prescritos para julgar a produção científica; baixo consenso com relação a quais são os critérios mais importantes; e baixo consenso quanto ao significado atribuído a cada critério (Bertero, Caldas & Wood Jr., 1999).

3. A Hermenêutica de Gadamer

Os dois grandes temas aqui contemplados – avaliação de programas de pós-graduação e avaliação de artigos científicos – estão correlacionados, de modo que avaliar e publicar um bom artigo favorece uma avaliação positiva do pesquisador e do programa de pós-graduação ao qual ele pertence. Ora, avaliar um artigo é interpretar um texto, ou seja, realizar uma tarefa hermenêutica. Pensando esta tarefa como uma decorrência e compromisso de uma ciência hermenêutica, recorremos a Hans-Georg Gadamer, filósofo alemão considerado um dos maiores expoentes da Hermenêutica Filosófica, tendo em vista um aporte original para esta pesquisa. A Hermenêutica, definida como ciência e arte da interpretação de textos (Grondin, 1999), encontra na obra gadameriana conceitos-chave fundamentais para o nosso objeto de pesquisa, dentre as quais as categorias de “fusão de horizontes” e de autoridade da tradição. (Gadamer, 1994b)

A Hermenêutica Filosófica de Gadamer toma o homem como ele é – finito e histórico – e considera o encontro com o Tu indispensável para a fusão de horizontes. Sua preocupação não é com a intenção do autor, mas com a fusão de horizontes entre o intérprete e a obra, quando o intérprete ajustou e continua a ajustar sua pré-compreensão no aparecimento da obra enquanto tal. O encontro com a coisa mesma é a prova de fogo para os preconceitos, uma vez que são distinguidos os verdadeiros dos falsos. É o encontro com a obra que proporrá uma revisão da pré-compreensão. Portanto, é uma relação dialógica, onde o intérprete põe a escutar a coisa mesma, a fim de confirmar ou não seus preconceitos. É nesta relação de diálogo, entre Eu-Tu, que se dará a filtragem da pré-compreensão. Disso resulta sempre uma revisão do projeto (Bressolin, 2008, p.73-4). Este é o novo sentido da verdade hermenêutica: não subjetiva, mas intersubjetiva (Silva, 1992, p.141).

Os preconceitos são tratados no pensamento gadameriano como fundamentais para a compreensão de uma obra, pois eles formam a pré-compreensão do seu sentido. Logo, os preconceitos são condições inevitáveis de um ser-no-mundo. Ou ainda, ser homem é estar submetido às contingências determinantes de sua vivência temporal. Não há necessidade da negação dos preconceitos que, desde sempre, estão presentes no homem. Eles são a própria condição de possibilidade do compreender. Estes preconceitos são frutos da tradição na qual estamos inseridos. São o horizonte a partir do qual compreendemos. Por fim, os preconceitos são esta carga histórica que sempre caminha conosco determinando, juntamente com o encontro com a coisa mesma, o como compreendemos. (Bressolin, 2008, p.72-3)

Na hermenêutica gadameriana a idéia de um conhecimento universalmente válido é insustentável e uma verdade absoluta não pode ser generalizada a partir de uma experiência particular e histórica (Bonfim, 2010). Daí a expressão “hermenêutica da finitude”, alusiva ao reconhecimento, pelo leitor-intérprete, do próprio limite imposto por seus preconceitos à compreensão e interpretação de qualquer realidade, inclusive do texto. Isto quer dizer que aquele que pretende compreender não pode entregar-se de antemão ao arbítrio de suas próprias opiniões prévias, mas deve estar disposto a deixar que estas lhe digam algo. Para Gadamer tem de haver, antes de tudo, a apropriação de opiniões prévias e preconceitos pessoais, pois é fundamental dar-se conta dos próprios pressupostos, a fim de que o próprio texto possa se apresentar em sua alteridade, confrontando-se, assim, a verdade do texto com as opiniões prévias pessoais do leitor-intérprete (Bonfim, 2010).

Contra o ideal de uma autoconsciência completa, próprio da Ilustração, Gadamer propõe a reabilitação da autoridade da tradição, transmissora de um saber de fundo, procedente da abertura lingüística do mundo e, por isso, constitutivo de tudo o que possa aparecer nele. Além disso, ele procura restituir a autoridade normativa vinculante da tradição para os indivíduos que nela se encontram ou para os futuros intérpretes. Daí Gadamer considerar a tradição como algo não objetivável, como um Tu, com o qual se tenha que dialogar. Trata-se de mostrar que aquele, com quem queremos chegar a um acordo (também o texto científico a ser avaliado), há de ser levado a sério em sua pretensão de verdade para o que diz. Com isso, Gadamer recupera, na sua concepção de linguagem, a dialética entre uma intersubjetividade pré-estabelecida (garantida pela abertura do mundo compartilhada) e uma intersubjetividade a conseguir pelo acordo mútuo. Os dois pólos da dialética, no entanto, não são do mesmo nível: o entendimento

não pode acontecer entre os participantes a partir de um contexto zero, mas numa constituição de sentido previamente compartilhada. Sendo assim, a constituição de sentido ou abertura do mundo é tanto a condição de possibilidade do entendimento como também a instância última que garante a validade do entendimento. (Herrero, 2009, p.182-183)

Participar nessa constituição de sentido ou a pertença à tradição é uma condição *sine qua non* de todo compreender. Gadamer não mostra apenas a dependência fática de todo compreender com respeito aos preconceitos do intérprete, mas ele pretende ainda que essa conexão com a tradição seja vista como uma “fonte de verdade”. É assim que Gadamer reabilita a autoridade da tradição. (Herrero, 2009, p.173.186-187)

Ora, o procedimento da compreensão é o parâmetro utilizado pelas revistas acadêmicas para a avaliação dos artigos que lhe são submetidos, diferentemente da Hermenêutica, que leva em conta, sobretudo, as condições de possibilidade do compreender. Além disso, é possível fazer uma analogia entre a linguagem compartilhada na conversação, defendida por Gadamer, com a avaliação por pares, para evitar ou ao menos minimizar a prevalência dos preconceitos do leitor-intérprete.

Então, interpretar não é ‘impor’ um sentido, mas ‘encontrar’ um sentido. Ora, o que caracteriza o conceito de texto para Gadamer é que este somente se apresenta à compreensão no contexto da interpretação e aparece como uma realidade dada à luz da interpretação. Analogamente, o intérprete de um texto pergunta pelo que há propriamente nele, no texto. Essa pergunta poderá ser respondida com pressuposições e preconceitos, uma vez que aquele que pergunta busca uma confirmação direta de suas próprias suposições. O texto aparece, assim, como um ponto de referência fixo frente à problematicidade, arbitrariedade ou no mínimo a pluralidade de possibilidades interpretativas para o mesmo (Gadamer, 1994b, p.392).

Particularmente no caso da comunicação científica, esta pressupõe determinadas condições de entendimento, o que depende do destinatário; ou seja, a comunicação científica, embora seja publicada, não é válida para todos, mas pretende ser compreensível para aquele que está familiarizado com a situação da investigação e sua linguagem. Deste modo, a escrita abre no próprio texto um horizonte de interpretação e compreensão que o leitor mesmo deve preencher de conteúdo. (Gadamer, 1994b, p.396-398)

Compreender, para Gadamer, significa, primeiramente, saber a que ater-se sobre “a coisa” e só secundariamente isolar e compreender a opinião do outro como tal. A

primeira de todas as condições hermenêuticas é, pois, a compreensão real, o lidar com a coisa mesma. A Hermenêutica parte deste princípio: aquele que procura compreender está ligado à coisa transmitida e mantém ou adquire um nexos com a tradição da qual fala o texto transmitido. A compreensão começa quando algo nos chama a atenção. Esta é a principal das condições hermenêuticas. Isto requer uma suspensão de juízos. No entanto, toda suspensão de juízos, começando pelos preconceitos, possui a estrutura lógica da ‘pergunta’. (Gadamer, 1994a, p.68-69)

Neste sentido, cada compreensão, vista como auto-compreensão, é motivada e inquietada por perguntas que determinam, de antemão, as “trilhas visuais da compreensão” (Grondin, 1999). Um texto só se torna “falante” (Grondin, 1999) graças às perguntas que nós, enquanto leitores-intérpretes, mas também revisores, lhe dirigimos atualmente. Sendo assim, não existe nenhuma interpretação, nenhuma compreensão, que não responda a determinadas interrogações que anseiam por orientação. Para Gadamer, não devemos empenhar-nos pela exclusão das nossas expectativas de sentido, e sim por realçá-las, para que os textos que procuramos entender possam responder-lhes tanto mais nitidamente. (Grondin, 1999, p.194-95)

Como, então, compreender e interpretar artigos científicos e gerar um parecer que seja condizente com a natureza mesma do texto, em diálogo com a tradição acadêmica e com o horizonte epistemológico do intérprete-revisor? Como, em última instância, contribuir para a formação de pós-graduandos, potenciais revisores de artigos científicos? A partir do arcabouço teórico de Gadamer, chegamos a forjar o conceito de Postura Hermenêutica para a nossa investigação e, quiçá, uma contribuição para a Área. O conceito de Postura Hermenêutica pode ser definido como uma pré-disposição interior para agir, respeitando as determinações provenientes do próprio objeto considerado e suas derivações epistêmicas, o que supõe posicionar-se de forma crítica, reflexiva e aberta a compreender a complexidade diante da qual o leitor-intérprete-revisor se coloca.

A Postura Hermenêutica também pode ser entendida como uma competência do revisor, postura que reúne maturidade humana e honestidade intelectual para lidar com os próprios e inevitáveis preconceitos, de modo que não se sobreponham à realidade mesma do texto científico, mas que se coloquem a serviço dela. Em outras palavras, a Postura Hermenêutica condensa duas das mais importantes categorias de interpretação propostas por Gadamer: a fusão de horizontes (entre texto e intérprete) e a autoridade da tradição (no nosso caso, a tradição acadêmica da área de especialidade do revisor).

O conceito de Postura Hermenêutica, a nosso ver, está em sintonia com o manual da ANPAD (2010), que preconiza que o principal objetivo do revisor é o aperfeiçoamento do artigo, tarefa esta que requer tempo suficiente, critério e discernimento, autocrítica quanto a uma eventual divergência de paradigma epistemológico, autocrítica quanto a sua qualificação na apreciação de determinada área ou matéria, cumprimento do prazo estabelecido pelo periódico para a devolução do artigo avaliado ou a negociação de sua alteração, apontar as limitações corrigíveis do artigo e recomendar alterações para a sua superação, inclusive com sugestões de referências relevantes; e, no caso de falhas incorrigíveis, justificar com objetividade e clareza o seu parecer. Além disso, o Manual da ANPAD (2010) recomenda que o revisor proceda a uma primeira leitura em profundidade do artigo para ter dele uma percepção geral, não se preocupando nesse momento com aspectos específicos, para, num segundo momento, alguns dias depois, retomar o texto, agora sim pormenorizadamente, e elaborar o seu parecer. Segundo Gadamer (1994b), a fusão de horizontes só é possível após este distanciamento temporal.

4. Método Adotado

Como investigação inserida no campo das Ciências Sociais, optamos pela pesquisa qualitativa (Godoy, 1995), tendo como procedimento básico a Análise de Conteúdo (AC). A AC pode ser definida como uma proposta teórico-metodológica (Cappelle, Melo & Gonçalves, 2003), constituída por um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção destas mensagens (Bardin, 2003). Dentre os vários tipos de AC, adotamos a Direta (ACD), aquela que se ocupa do sentido literal do que está sendo estudado. Neste caso, não há nenhuma tentativa de revelar um possível significado latente das unidades analisadas, mas ficar simplesmente e diretamente no nível do significado manifesto (Aktouf, 1990).

Foram selecionadas como objeto de análise duas revistas patrocinadas por instituições que agregam cursos de pós-graduação em Administração, uma nacional e outra internacional. Além disso, foram analisados os pareceres de artigos submetidos às duas revistas, num mesmo período de tempo. No entanto, para resguardarmos o sigilo

em torno da autoria e avaliação dos artigos, conforme acordo firmado com a editoria das duas revistas, optamos por não divulgar a íntegra dos pareceres e resumos, como também comentários e recomendações que “denunciariam” a identidade do artigo e seu autor. Nesse intuito também, em nenhum momento da coleta e análise de dados recorreremos aos artigos e autores que “originaram” os pareceres dos revisores.

A Revista brasileira pesquisada possui reconhecida *expertise* dentre as revistas científicas na área de Administração. Trata-se da Revista de Administração de Empresas (RAE), publicada pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo (EAESP), da Fundação Getúlio Vargas (FGV), a primeira revista científica brasileira na área, lançada em 1961. A Revista possui alto fator de impacto pelo número de suas citações e está em renomados indexadores e diretórios, tendo classificação A2 pela Capes. De periodicidade bimestral, a RAE tem se consolidado como uma publicação generalista de referência nos meios acadêmico-científico e empresarial.

A Revista internacional, por sua vez, é colombiana – a *Semestre Económico* – publicação semestral da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da Universidade de Medellín (UdeM), criada em 1983 e atualmente classificada também como A2. Trata-se de um espaço de divulgação e investigação regional e nacional de reflexões acadêmicas em diferentes campos das ciências econômicas, sociais e administrativas.

Recentemente recebemos autorização dos dois editores para revelar a identidade das Revistas no estudo, reiterando a importância de mantermos sigilo sobre a identidade de artigos e autores, e editores e revisores envolvidos.

A pesquisa foi dividida em três etapas: as duas primeiras, a pesquisa documental e o trabalho de campo, foram demarcadas pelo uso da técnica de coleta de dados; e a 3ª. consistiu na Análise de Conteúdo Direta (Aktouf, 1990) dos critérios de avaliação das Revistas e de pareceres de seus revisores. Tanto a pesquisa documental quanto o trabalho de campo tiveram como objetivo confirmar os aportes que o referencial teórico nos trouxe, em particular a hermenêutica gadameriana.

4.1 A Pesquisa Documental

O primeiro procedimento de manipulação dos dados foi identificar nos *sites* das Revistas e outros arquivos eletrônicos disponibilizados pelas equipes editoriais os critérios de avaliação de artigos científicos que são de domínio público (RAE) e aqueles

que são restritos aos revisores através de instrumentos específicos, geralmente formulários (RAE e *Semestre Económico*). Já a relação dos pareceres das duas Revistas a serem analisados foi feita com o auxílio das respectivas equipes editoriais, que compartilharam conosco seus arquivos eletrônicos, por ocasião dos trabalhos de campo.

Isto resultou na construção de quadros-resumo com apresentação do *check list* ou critérios de avaliação das Revistas; sua classificação em subcategorias, a partir de uma primeira generalização; e para cada conjunto de subcategorias de mesma natureza, uma categoria também correspondente. Tendo em vista estabelecermos um paralelo entre as duas Revistas, identificamos Macrocategorias de avaliação de artigos recomendados por ambos os veículos, através dos instrumentos de acesso restrito por autores e revisores; como também Macrocategorias adotadas pelos revisores através de seus pareceres. Procuramos, sempre que possível, estabelecer um diálogo entre esses procedimentos e o construto Postura Hermenêutica, objeto maior desta pesquisa.

Os quadros elaborados para cada um desses comparativos distinguiram Elementos Generalizáveis de Específicos, procurando ressaltar a frequência (ou grau de convergência) das Categorias utilizadas. A relevância da frequência está justamente em nos possibilitar verificar se a ênfase dos critérios recomendados pela Revista e utilizados pelos revisores recai sobre critérios que estão resguardados de eventuais idiossincrasias, como no caso de critérios analíticos; ou favorece a fusão de horizontes e o recurso à tradição acadêmica, quando se supõe que o revisor está mais propenso à exposição da sua subjetividade e o consenso entre revisores torna-se mais difícil, como no caso de critérios globais.

4.2 O Trabalho de Campo

Os dados da pesquisa documental precisaram ser complementados e esclarecidos com o recurso às fontes primárias, ou seja, às equipes editoriais, tendo em vista captar a sua experiência e percepção do processo de avaliação de artigos científicos.

A experiência de imersão junto à RAE aconteceu em maio de 2013. Os contatos e atividades que se estenderam por uma semana foram de acompanhar cada uma das etapas do processo de avaliação, desde a triagem de formato, passando pelo *Desk Review* (1º. filtro) a cargo do Diretor e Editor; e a experiência da editoria científica (2º. filtro) e dos revisores *ad hoc* (3º. filtro). O critério para a escolha de pareceres a serem

analisados por nós foi de trabalhar com aqueles referentes a artigos que percorreram todas as etapas do processo de avaliação, até a data do nosso trabalho de campo, independentemente de terem sido publicados ou recusados. Dentre mais de uma centena de trabalhos submetidos no 1º. semestre de 2012, identificamos 26 pareceres correspondentes a 12 artigos.

A experiência de compartilhamento junto à *Semestre Económico*, da Universidade de Medellín, realizou-se em junho de 2013. Tratou-se de uma missão de estudos prevista como uma etapa de desenvolvimento de dois Programas da Capes dos quais participa o Programa de Pós-graduação em Administração da PUC Minas: o Pró-Administração, responsável por um projeto sobre a formação do professor de Administração; e o Colciências, que pesquisa a educação e o ensino na formação dos administradores e na avaliação de trabalhos acadêmicos, numa parceria com investigadores da universidade de Medellín, Colômbia. Quanto aos artigos que percorreram todas as etapas do processo de avaliação, identificamos 15, a fim de analisarmos seus respectivos pareceres.

5. Análise dos dados

Para a análise dos critérios de avaliação das Revistas e dos pareceres dos revisores optamos por um processo de categorização (Bardin, 2003) alinhado com a definição de Postura Hermenêutica, que parte dos dados e procura interpretá-los pela fusão dos horizontes entre o texto (pesquisa documental, sobretudo os pareceres) e o leitor (revisores e o autor desta Tese).

5.1 O processo de avaliação de artigos científicos da RAE

Quanto à submissão de artigos, a RAE os avalia pelo sistema de avaliação duplo-cega ou *blind review*. Os trabalhos são encaminhados à redação pela internet por meio de um sistema de gestão de publicações, cujo acesso é feito por um *link* denominado Espaço de Autor e Avaliador. O próprio sistema fornece um código para cada artigo submetido, para manter seu(s) autor(es) no anonimato; caso o artigo seja resubmetido, receberá um novo código. Os autores só podem submeter um artigo por vez. Caso o trabalho seja rejeitado em uma das etapas do processo é possível o autor

submeter o mesmo artigo aprimorado ou um novo artigo. Os artigos devem ser inéditos e não devem ter sido submetidos a outro periódico.

Pelo endereço eletrônico do periódico é possível identificar na aba “Avaliação” um conjunto de recomendações reunidas sob o título “Orientação para pareceristas”, as quais, por sua vez, estão subdivididas em quatro subtítulos: (i) Foco da avaliação; (ii) Redação e Estilo; (iii) Conteúdo dos Pareceres; e (iv) Recusa de Trabalhos. Desmembramos cada um desses subtítulos por suas unidades (ou afirmações) autônomas, associamos cada uma delas a uma subcategoria (1º. grau de generalização) e, estas, a categorias de maior generalização (porque mutuamente excludentes).

Essas categorias correspondem a elementos constitutivos do artigo, e foram agrupadas sob o título de “Elementos generalizáveis”. As categorias estão acompanhadas da frequência com que foram recomendadas pela Revista, sendo possível identificar aquelas mais enfatizadas dentre os critérios de avaliação de domínio público e sua maior ou menor contribuição para a Postura Hermenêutica do revisor. Também identificamos recomendações menos objetivas que permitem maior liberdade de opinião por parte do revisor, as quais classificamos de “Elementos específicos”.

Observando, mais atentamente, a natureza das categorias, foi possível distinguir aquelas que correspondem a partes componentes (ou constitutivas) do artigo, às quais denominamos “Critérios Analíticos”; e aquelas que perpassam a totalidade do artigo, como elementos transversais, às quais chamamos de “Critérios Globais”. A esta subdivisão atribuímos uma nova categorização, a de Macrocategorias,

Além dos critérios de avaliação de artigos tornados públicos, existe outro conjunto de recomendações mais pontuais que complementam e aprofundam aqueles. Trata-se de um instrumento de acesso restrito, um *check list* a que os revisores têm acesso através de formulário específico e do qual os autores também tomam conhecimento. Também foi possível categorizar os comentários e recomendações (Elementos Específicos) utilizados pelos revisores dos artigos avaliados.

O consolidado desses critérios possibilitou comparar ainda as categorias utilizadas pelos revisores dos artigos com os pareceres entre si, de modo que obtivemos uma visão geral das convergências de critérios de avaliação. Pudemos constatar que mesmo um processo de avaliação criterioso como o da RAE não tem como evitar que seus revisores se pronunciem com olhares distintos sobre categorias de um mesmo artigo. Essas discrepâncias “sobram” para o editor científico mediar, já que os revisores

só são solicitados uma única vez e a continuidade do processo, caso o artigo venha a ser aperfeiçoado, caberá a ele como “padrinho” do trabalho submetido.

5.2 O processo de avaliação de artigos da revista *Semestre Económico*

A revista colombiana *Semestre Económico*, da Universidade de Medellín, detém um processo de avaliação de artigos científicos que prevê o envolvimento direto e decisivo da equipe editorial e a contribuição dos revisores externos. A Revista era composta, à época do trabalho de campo, por uma Equipe Editorial (Editor e dois Assistentes), um Comitê Editorial (oito componentes, dentre os quais o Editor) e um Comitê Científico (quatro componentes).

O endereço eletrônico da revista *Semestre Económico* não antecipa para o público em geral critérios de avaliação dos artigos científicos submetidos à publicação, mas apenas através de instrumento de acesso restrito do autor e revisor.

Quanto aos pareceres foram analisados 15, referentes aos 15 artigos que percorreram todas as etapas do processo editorial, já que apenas um revisor externo é convidado para avaliar cada artigo. Chegamos, assim, à síntese dos elementos específicos recomendados, como também às categorias generalizáveis utilizadas pelos revisores na avaliação dos artigos.

5.3 Contribuição dos critérios de avaliação das revistas RAE e *Semestre Económico* para a Postura Hermenêutica

Na pesquisa junto às Revistas foi possível reconhecer que quanto mais claros e abrangentes os critérios de avaliação recomendados, como é o caso da RAE, onde verificamos convergência entre as preocupações da Revista e a *expertise*/tradição de seus revisores, maiores as possibilidades de que a tarefa de avaliação de artigos seja bem sucedida, uma vez que essa política favorece a Postura Hermenêutica. Isto sugere a adoção de uma política transparente, aberta a críticas e contribuições.

A RAE antecipa para o público externo a maior parte dos critérios de avaliação que recomenda aos seus revisores, o que pode favorecer maior diálogo com a comunidade científica e público em geral. A RAE também fornece mais critérios de avaliação para o revisor, sobretudo analíticos, com destaque para os Metodológicos e de Análise de Dados. Já a *Semestre Económico* concentra a maior parte de suas

recomendações nos critérios globais, com predominância para a Qualidade do Texto, ou seja, um critério formal.

Uma convergência perceptível diz respeito aos critérios metodológicos, igualmente valorizados por ambas as Revistas, o que demonstra o quanto este componente é central na construção de um artigo e deve merecer atenção particular por parte do revisor.

No tocante aos elementos específicos, constatamos uma maior diversidade de critérios propostos pela RAE do que a *Semestre Económico*, o que nos sugere um processo de avaliação de artigos mais criterioso por parte da primeira, o que, em tese, diminui a margem de subjetivismo a que está sujeito o revisor, uma vez que ele se encontra mais “supervisionado” pela Revista. Neste caso, a Postura Hermenêutica, de atenção ao texto do artigo e interpretação a partir de uma fusão de horizontes e tradição acadêmica, pode ser beneficiada por esse suporte epistemológico/metodológico fornecido pela Revista.

Constatamos o comprometimento do rigor fenomenológico e o diálogo da revista *Semestre Económico* com autores e revisores, uma vez que ela se encontra refém de fatores como escassez de recursos, cumprimento de prazos e disponibilidade de revisores, prescindindo do benefício da dúvida e aumentando o poder do editor.

Os editores das duas revistas têm a última palavra quanto à publicação do artigo, assumindo o papel de *gatekeeper*. Ora, também eles, conhecedores da autoria do artigo, estão sujeitos a preconceitos que podem comprometer a transparência e justiça do processo. Mesmo a RAE, que detém um criterioso processo de avaliação de artigos, está sujeita a um viés dessa natureza.

Lançar mão de apenas um revisor para a avaliação de artigos, como na revista colombiana, empobrece a Postura Hermenêutica, já que não existe o benefício da dúvida no processo de avaliação. A Postura Hermenêutica, que coloca o preconceito em suspenso, é fortalecida pelo exercício da intersubjetividade. Como o intérprete pode não conseguir distinguir por si mesmo os preconceitos produtivos daqueles que levam a mal entendidos, é recomendável que ele faça parte de um “cérebro coletivo”, uma comunidade de iguais, para minimizar tal parcialidade, privilegiando a decisão colegiada sobre a decisão individual, a intersubjetividade sobre pretensa objetividade ou subjetividade ideais. O consenso, diferentemente da unanimidade, não acontece entre os participantes a partir de um contexto zero, mas numa constituição de sentido compartilhado. (Patrus & Lima, 2014)

A partir da categoria de autoridade da tradição do leitor-intérprete, não há possibilidade de total convergência entre revisores de um mesmo artigo, pois seus preconceitos são diferentes e a fusão de horizontes tende a ser também distinta. Isto foi ilustrado quando da verificação da convergência das categorias de avaliação utilizadas pelos revisores da RAE. O simples consenso entre avaliadores acerca de um artigo não deve ser critério absoluto da sua relevância. Pareceres divergentes podem ser complementares, o que reforça o papel do revisor, desde que ele tenha a expertise exigida pelo artigo. Vale dizer que a organização da RAE, que designa um editor científico conhecedor da área do artigo, é uma boa prática editorial, pois ele pode fazer a síntese dos pareceres e mediar o diálogo entre os revisores e o autor.

O conceito de Postura Hermenêutica se relaciona com esses aportes e limites na medida em que fornece parâmetros para que repensemos a competência e a qualidade do processo de avaliação de artigos científicos pelo revisor. Esperamos, com isso, colocar o tema na agenda dos pesquisadores, promovendo a reflexão sobre o fazer cotidiano da academia. Por detrás da produtividade exigida dos cursos de pós-graduação existe uma massa de pesquisadores que estão solidariamente avaliando os artigos e aprimorando-os, mas também avaliando artigos com pressa e com qualidade duvidosa.

5. Considerações finais

A questão central que orientou esta investigação foi: Qual a contribuição da Hermenêutica de Gadamer para a avaliação de artigos científicos na área de Administração? Para respondê-la, subdividimos essas contribuições em teóricas e práticas.

5.1 Contribuições conceituais:

Aquele que procura compreender (nosso revisor) está ligado à coisa transmitida (artigo) e mantém ou adquire um nexos com a tradição (acadêmica) da qual fala o artigo. Assim, um texto (o parecer) só se torna “falante” graças às perguntas (critérios de avaliação) que o revisor dirige atualmente ao artigo (Gadamer, 1994a). É, sobretudo, no âmbito das recomendações e sugestões dos revisores que podemos identificar sua contribuição para além dos aspectos formais que pedem as revistas acadêmicas e onde, segundo Gadamer, o leitor-intérprete lança mão de sua tradição acadêmica, fundindo o

seu horizonte (expectativas, perguntas, preconceitos) com o horizonte do texto (que também o interpela). Aqui, o conceito de fusão de horizontes, de Gadamer (1994a), se faz presente de forma original na leitura do processo de revisão por pares.

A interpretação de um texto, para Gadamer (1994b), decorrerá do encontro do eu que escreve com o eu que lê. É por isso que a tarefa da Hermenêutica não consiste em desenvolver um procedimento da compreensão, mas em iluminar as condições sob as quais acontece o compreender. A Postura Hermenêutica, defendida por nós, é, portanto, mais uma atitude relativa às condições de possibilidade da compreensão e interpretação de um texto, do que de uma metodologia. Ela requer sensibilidade, honestidade intelectual e formação ampla.

Dada a subjetividade no campo da interpretação, não há como obter uma interpretação fidedigna que seja condizente com as intenções de quem escreve. Para efeito de uma análise de pareceres à luz da Postura Hermenêutica podemos dizer que os critérios do revisor devem ser uma resposta competente, aberta ao “texto que fala, interpela” (Gadamer, 1994a), em diálogo com outras áreas afins, o que idealmente pressupõe maturidade na tarefa de avaliação de artigos científicos. Ora, como os preconceitos do revisor são, em boa parte, frutos da tradição em que ele está inserido e/ou da tradição em que foi formado, a Postura Hermenêutica propõe um encontro da particularidade subjetivista do intérprete com a particularidade objetiva da obra, numa fusão de horizontes.

Entendemos que quanto mais critérios um revisor considere – tanto globais quanto analíticos, recomendados pela revista e/ou levantados por sua *expertise* (do revisor) – maior é a quantidade de “perguntas” que lhe são dirigidas pelo texto e que favorecem o diálogo com ele, numa “fusão de horizontes”, como pretendida por Gadamer (1994a, p.68-69). Isto significa também que podemos chegar a resultados (ou pareceres) distintos, justamente por causa desta interação ou diálogo entre texto e intérprete, ao contrário de um maior formalismo ou “unanimidade” quando falta *expertise* e maturidade (autoconhecimento) por parte do revisor. Tal conceito permite a buscar fidelidade – não só ao que o texto é, mas também ao que o texto pode vir a ser – a despeito da interferência de inevitáveis preconceitos do seu intérprete-revisor.

A convergência entre pareceres de revisores de um mesmo artigo, portanto, só é possível em relação a dimensões objetivas ou formais do texto, não sendo possível em relação a dimensões transcendentais, uma vez que a busca de uniformidade compromete a fusão de horizontes e pressupõe uma visão positivista da avaliação. Quanto menos

expertise e maturidade, mais o revisor se atém a critérios formais, o que pode favorecer mais unanimidade entre revisores.

Concorreu para a definição de Postura Hermenêutica a opção por uma abordagem que evita tanto o reducionismo funcionalista quanto o interpretativista, porque se propõe a investigar um fenômeno particularmente complexo e paradoxal. A experiência de pesquisar os instrumentos de avaliação das duas Revistas e os pareceres de seus revisores confirmou a tese de que não há objetividade e nem subjetividade absolutas no ato de compreender e interpretar um texto. Na tarefa acadêmica de avaliar a relevância de um artigo não é possível a objetividade pretendida por aqueles que defendem uma avaliação positivista, visto que as contribuições que o revisor oferece ao texto e a seu autor derivam do repertório da sua formação, aqui entendida no sentido gadameriano de tradição. Nem tampouco é possível afirmar que a revisão de artigo é algo absolutamente subjetivo, fruto das idiossincrasias e preconceitos do revisor.

5.2 Contribuições práticas:

A falta de estrutura de revistas de departamento, aquelas criadas nos programas de pós-graduação, ainda que sejam revistas classificadas no Sistema Qualis, pode comprometer a qualidade da avaliação dos artigos (Diniz, 2012b, 2012c).

Fragilidades na avaliação por pares pode se dar em decorrência da insuficiência e imprecisão de critérios de avaliação do artigo por parte da revista, o que pôde ser verificado na política da revista colombiana. O formulário de avaliação da revista deve conter tanto questões objetivas, facilmente identificadas mesmo por quem não é *expert* na área temática do artigo, quanto permitir ao revisor avaliar, a partir do seu conhecimento, a relevância e a contribuição real e potencial do artigo.

A tarefa do revisor enquanto leitor-intérprete do texto científico requererá não só uma técnica, mas antes de tudo um tato, uma sensibilidade, uma postura. A identificação da relevância do artigo depende da Postura Hermenêutica, que prevenirá a avaliação de subjetivismos e preconceitos nocivos. O desenvolvimento e cultivo desta competência pressupõem formação continuada e trabalho em equipe numa rede de solidariedade acadêmica (Patrus & Lima, 2014). A adequada avaliação da relevância de artigos científicos na área de Administração exige uma unidade dialética entre a objetividade do texto e a subjetividade do intérprete-revisor.

Em ambas as revistas, o editor científico está sozinho para julgar a qualidade do artigo, sem que o autor do artigo conte com o benefício da dúvida. Recomendamos vivamente que também os editores (Thiry-Cherques, 2005), além dos tradicionais revisores, sejam incluídos na avaliação *blind*, para que se evite o máximo de preconceitos no processo de avaliação do artigo científico. O conhecimento da identidade e da filiação institucional do autor pelo editor pode comprometer a Postura Hermenêutica a ser adotada na avaliação do artigo.

O treinamento de revisores garante apenas a avaliação formal do artigo. A avaliação de sua relevância e contribuição para a Área exige formação do revisor, pois demandará dele a sua tradição. Todo o cuidado formal da revista é suficiente para refutar artigos mal escritos, mas é insuficiente para avaliar artigos relevantes para a área. O que poderia parecer uma fragilidade no processo de avaliação de artigos – a falta de consenso - é, na perspectiva gadameriana, sua riqueza. Isto nos remete, mais uma vez, para a importância de formação ampla do revisor tanto no seu autoconhecimento quanto à contribuição em um cérebro coletivo (Patrus & Lima, 2014). A preocupação, portanto, não pode ser em se garantir unanimidade, mas considerar o maior número possível de contribuições/olhares, suas convergências e divergências, em diálogo para o aperfeiçoamento do artigo.

A identificação da relevância do artigo científico depende também da tradição (acadêmica) do revisor, que favorece a necessária fusão de horizontes e que promoverá o aperfeiçoamento do artigo, como convém ao processo de avaliação por pares. A tradição acadêmica do revisor é fruto da sua formação, em sentido amplo. Essa formação exige não apenas o conhecimento que vimos chamando de *expertise*, como também uma Postura Hermenêutica. Trata-se, portanto, de um olhar crítico para com o texto e de uma autocrítica para com os próprios preconceitos, de modo a colocá-los a serviço da tarefa de avaliação de artigos.

Como um desdobramento, a pesquisa apontou as defesas de dissertação e de tese como momentos privilegiados para a realização da Postura Hermenêutica, apresentando-se, assim, como campo fecundo para novos estudos e pesquisas sobre a hermenêutica da atividade avaliativa feita por pares no ambiente acadêmico.

Outra implicação destas contribuições se refere ao diálogo dos autores com os revisores, numa eventual etapa de aprimoramento do artigo. Os autores, tanto quanto possível “distanciados” do texto que escreveram e imbuídos também da Postura

Hermenêutica, podem se colocar diante do que o texto dos pareceres lhes fala, seja para acolher ou se opor, contribuindo para um diálogo fecundo que aos dois lados favorece.

Nossa pesquisa confirmou, a partir do olhar hermenêutico de Gadamer e da pesquisa empírica, que o processo de avaliação de artigos exige a fusão de horizontes, ou seja, o encontro entre a tradição do leitor e o próprio texto. Avaliações absolutamente objetivas se limitam a critérios formais, próprios da fase de *desk review* do processo de avaliação de um artigo. Elas podem ser suficientes para rejeitar um artigo, não para avaliar a sua relevância para a área.

Por consequência, esta pesquisa contribui também para uma crítica à baixa qualidade de pareceres de artigos científicos, na medida em que, diante das condições de possibilidade da compreensão e interpretação de um texto, reconhecemos o grau de parcialidade (ou de preconceitos prejudiciais) a que todos estamos sujeitos enquanto leitores-intérpretes-revisores. Para tanto, propomos o conceito de Postura Hermenêutica, um conjunto de pressupostos e atitudes que, acreditamos, pode dar mais qualidade e segurança ao processo de avaliação de artigos científicos. Particularmente na área de Administração, cremos que o aprimoramento da revisão por pares terá reflexos positivos na avaliação de nossos Mestrados e Doutorados, já que a publicação acadêmica é uma prioridade no âmbito da avaliação de programas de pós-graduação no Brasil;

REFERÊNCIAS

- Aktouf, O. (1990). *Méthodologie des sciences sociales et approche qualitative des organizations: une introduction à la démarche classique et une critique*. Presses de l'Université du Québec et HEC Presses.
- Alcadipani, R. (2011). Academia e a fábrica de sardinhas. *Organizações & Sociedade*, Salvador, 18(57), 345-348.
- Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Administração (2010). *Boas práticas da publicação científica: um manual para autores, revisores, editores e integrantes de corpos editoriais*. Recuperado de http://www.anpad.org.br/diversos/boas_praticas.pdf.

- Bardin, L. (2003). *Análise de conteúdo*. Edições 70, Lisboa, Portugal.
- Bertero, C. O. (Ed.) (2007). *Revista de Administração de Empresas-eletrônica*, 6(1).
- Bertero, C. O. (Org.) (2013). Os desafios da produção de conhecimento em Administração no Brasil. *Cadernos EBAPE.BR*, 11(1), 181-196.
- Bertero, C. O., Caldas, M. P., & Wood Jr., T. (1999). Produção científica em administração de empresas: provocações, insinuações e contribuições para um debate local. *Revista de Administração Contemporânea*, 3(1), 147-178.
- Bonfim, V. S. (2010). Gadamer e a experiência hermenêutica. *Revista CEJ*, ano XIV, n.49, p.76-82.
- Bressolin, K. (2008). Gadamer e a reabilitação dos preconceitos. *Intuitio*, 1(junho), 63-81.
- Brito, E. P. Z. (Ed.) (2009). *Revista Angrad*, 10 (2).
- Caldas, M. (2005). Paradigmas em estudos organizacionais: uma introdução à série. *Revista de Administração de Empresas*, 45(1), 53-57.
- Cappelle, M. C. A., Melo, M. C. O. L. & Gonçalves, C. A. (2003). Análise de conteúdo e análise de discurso nas ciências sociais. *Organizações Rurais & Agroindustriais*, 5(1), p.0-0.
- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (2011). *Avaliação da pós-graduação*. Recuperado de <http://www.CAPES.gov.br/avaliacao/avaliacao-da-pos-graduacao>.
- Costa, S. M. de S., & Guimarães, L. V. de S. (2010). Qualidade de periódicos científicos eletrônicos brasileiros que utilizam o Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER). *Informação & Informação*, 15, 76-93.

- Cruz, M. L. I. G. da (2009). *A avaliação na educação superior: a contribuição da CAPES para o aprimoramento dos programas de pós-graduação stricto sensu de Administração*. (Tese de doutorado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, Brasil.
- Cunha, L. A. C. R. (1974). A pós-graduação no Brasil: função técnica e função social. *Revista de Administração de Empresas*, 14(5), 6-70
- Cury, C. R. J. (2005). Quadragésimo ano do parecer CFE nº 977/65. *Revista Brasileira de Educação*, 30. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n30/a02n30.pdf>.
- Diniz, E. (Ed.) (2012a). *Revista de Administração de Empresas*, 52(4).
- Diniz, E. (Ed.) (2012b). *Revista de Administração de Empresas*, 52(5).
- Diniz, E. (Ed.) (2012c). *Revista de Administração de Empresas*, 52(6).
- Dischinger, B. (2003). Apresentação. In: Grondin, J. (2003). *Introdução à hermenêutica filosófica*. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, p.9-18.
- Fitzpatrick, K. (2011). *Planned Obsolescence: publishing, technology, and the future of the academy*. NYU Press Short: Kindle Edition.
- Fonseca, C. (2001). Avaliação dos programas de pós-graduação: do ponto de vista de um nativo. *Horizontes Antropológicos*, 7(16), 261-275.
- Freitas, M. H. A. (1998). Avaliação da produção científica: considerações sobre alguns critérios. *Psicologia Escolar e Educacional*, 2(3), 211-228.
- Gadamer, H-G. (1994a). Sobre el círculo de la comprensión (1959). *Verdad y método II* (segunda edición). Salamanca: Ediciones Sigueme, 63-70.
- Gadamer, H-G (1994b). Texto e interpretação (1984). *Verdad y método II* (segunda edición). Salamanca: Ediciones Sigueme, 319-347.

- Godoy, A. S. (1995). Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. *Revista de Administração de Empresas*, 35(2), 57-63.
- Grondin, J. (1999). *Introdução à hermenêutica filosófica*. São Leopoldo: Ed. Unisinos.
- Guedes, R. D. (2010, setembro). O surgimento dos repositórios institucionais e uma breve análise dos instrumentos legais. Anais do Congresso de Direito de Autor e Interesse Público, Florianópolis, SC, Brasil, 4. Recuperado de http://www.direitoautoral.ufsc.br/gedai/wp-content/uploads/2010/11/art14_o-surgimento-dos-reposit%C3%B3rios-institucionais-e-uma-breve-an%C3%A1lise-dos-instrumentos-legais.pdf.
- Hames, I. (2012, novembro). *The current state of peer review: criticisms, challenges and innovations*. Conferência apresentada no Workshop de Editoração Científica, no Encontro da Associação Brasileira de Editores Científicos, Florianópolis, SC, Brasil, 7.
- Herrero, F. J. (2009). Hermenêutica transcendental. *Síntese*, 36(115),173-196.
- Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. (2013). *Sobre o IBICT*. Recuperado de <http://www.ibict.br/sobre-o-ibict/apresentacao>.
- International Committee of Medical Journal Editors. (2013). *Uniform Requirements for Manuscripts Submitted to Biomedical Journals*. Recuperado de: www.icmje.org.
- Jaramillo, I. D. T., Hincapié, J. M. M., & Patrus, R. (2013). Aproximación conceptual para la construcción de un modelo de orientación de la actividad científica y tecnológica em países de América Latina, como parte de una estrategia que contribuya al desarrollo económico de los países (documento de trabajo). *IV Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade*. Brasília, DF, 3-5 novembro.

- Kirschbaum, C., & Mascarenhas, A. O. (2009). Nos limites da autonomia: reflexões sobre práticas de *blind review* e editoria de revistas científicas em administração no Brasil. *Revista de Administração de Empresas-eletrônica*, 8(1).
- Kuenzer, A. Z., & Moraes, M.C.M.. (2005). Temas e tramas na pós-graduação em educação. *Educação e Sociedade*, 26(93), 1341-1362.
- Leite, N. R. P., Kniess, C. T., Rodrigues, A. C. A. & Maccari, E. A. (2011, novembro). *A ética na produção, orientação, submissão, avaliação e publicação científica: quem assume a responsabilidade?* Artigo apresentado no Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade, João Pessoa, PB, Brasil, 3.
- Maccari, E. A. (2008). *Contribuições à gestão dos programas de pós-graduação stricto sensu em administração no Brasil com base nos sistemas de avaliação norte americano e brasileiro* (Tese de Doutorado). Universidade de São Paulo. São Paulo, Brasil.
- Macedo, E., & Souza, C. P de. (2010). A pesquisa em educação no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, 15(43), 166-176.
- Machado, A. M. N. (2007). Políticas que impedem o que exigem: dimensões controvertidas na avaliação da pós-graduação brasileira. *Universidade e Sociedade*, (39), 137-149.
- Machado, A & Bianchetti, L. (2011). (Des)feticização do produtivismo acadêmico: desafios para o trabalhador-pesquisador. *Revista de Administração de Empresas*, 5(3), 244-254.
- Mattos, P. (2008). Nós e os índices – a propósito da pressão institucional por publicação. *Revista de Administração de Empresas*, 48(2), 144-149.
- Mattos, P. (2012). Pés de barro do texto “produtivista” na academia. *Revista de Administração de Empresas*, 52(5), 566-573.

- Moreira, C.O.F, Hortale, V.A., Hartz, Z.A. (2004). Avaliação da pós-graduação: buscando consenso. *Revista Brasileira de Pós-Graduação*, 1(1), 26-40.
- Nascimento, L. F. (2010). Modelo Capes de avaliação: quais as conseqüências para o triênio 2010-2012? *Administração: Ensino e Pesquisa*, 4(11), 579-600.
- Nosella, P. (2010). A pesquisa em educação: um balanço da produção dos programas de pós-graduação. *Revista Brasileira de Educação*, 15(43), 177-183.
- Patrus, R., Dantas, D. & Shigaki, H. (2013). Produtivismo e solidariedade acadêmica: dois lados da mesma moeda? *Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade*, Brasília, 16 p.
- Patrus, R., & Lima, M. C. (2014). A formação de professores e de pesquisadores em Administração: contradições e alternativas. *Economia & Gestão*, 14(34), 4-29.
- Rodrigues, S. B. (2001). De fábricas a lojas de conhecimento: as universidades e a desconstrução do conhecimento sem cliente. In M. T. Fleury & J. R. de Oliveira (Orgs.), *Gestão estratégica do conhecimento: integrando aprendizagem, conhecimento e competências* (86-117). São Paulo: Atlas.
- Rodrigues, S. B. (2004). Comentando: ‘Quem responde pelo desempenho limitado da produção científica em Administração no Brasil?’ *Organizações & Sociedade*, 11(29), 193-196.
- Rodrigues, L. O. C. (2007). Publicar mais ou melhor? O tamanduá olímpico. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, 29(1), 35-48.
- Roesch, S. M. A. (2003). Quem responde pelo desempenho limitado da produção científica em Administração no Brasil? *Organizações & Sociedade*, 10(28), 165-167.
- Rosa, A. (2008). “Nós e os índices” – um outro olhar sobre a pressão institucional por publicação. *Revista de Administração de Empresas*, 48(4), 108-114.

- Sguissardi, V. (2010). Produtivismo acadêmico. In: Oliveira, D. A.; Duarte, A.; Vieira, L.. (Orgs.). *Dicionário de Trabalho, Profissão e Condição Docente*. (p. 22). Belo Horizonte, MG: Faculdade de Educação/UFMG.
- Shigaki, H. B., & Patrus, R. (2012). O papel da produção intelectual no sistema de avaliação dos programas de administração pela Capes. *Teoria e Prática em Administração*, 2(2), 126-150.
- Shigaki, H. B. (2014). Revisão por pares em um contexto de produtivismo acadêmico sob a ótica dos avaliadores de artigos de periódicos científicos na área de Administração. Dissertação de Mestrado. Programa de pós-graduação em Administração. Pontifícia universidade Católica de Minas Gerais. 123 p.
- Silva, L. P. F. (1992). Da “fusão de horizontes” ao “conflito de interpretações”: a Hermenêutica entre H.-G. Gadamer e P. Ricoeur. *Revista Filosófica de Coimbra*, 1, 127-153.
- Smith, R. (2006). Peer review: a flawed process at the heart of science and journals. *Journal of the Royal Society of Medicine*, 99, 178-182.
- Spink, P. K., Alves, M. A. (2011). O campo turbulento da produção acadêmica e a importância da rebeldia competente. *Organizações & Sociedade*, 18(57), 337-343
- Stumpf, Ida. (2008). Avaliação pelos pares nas revistas de comunicação: visão dos editores, autores e avaliadores. *Perspectivas em Ciência da Informação*, 13(1), 18-32.
- Thiry-Cherques, H. R. (2005). Comentando: 'A face oculta do parecerista: discussões éticas sobre o processo de avaliação de mérito de trabalhos científicos'. *Organizações & Sociedade*, 12(32), 181-182.
- Spink, P. K., Alves, M. A. (2011). O campo turbulento da produção acadêmica e a importância da rebeldia competente. *Organizações & Sociedade*, 18(57), 337-343

Van De Sompel, H., & Lagoze, C. (2000). The Santa Fe convention of the Open Archives Initiative. *D-lib Magazine*, 6(2). Recuperado de: <<http://www.dlib.org/dlib/february00/vandesompel-oai/02vandesompel-oai.html>>.

Wood Jr., T. & Chueke, G. V. (2008). Ranking de produção científica em Administração de Empresas no Brasil. *Revista de Administração Mackenzie*, 9(4), 13-31.